

Proposta de resolução sobre o plebiscito por uma Constituinte que faça a reforma política

Diversas organizações sindicais e populares, dentre elas a CUT, MST, UNE e CTB, estão empenhadas na realização de um plebiscito popular, durante os dias 1º e 7 de setembro de 2014. A pergunta do plebiscito é a seguinte: **“Você é a favor de uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político?”**.

Essa proposta foi apresentada oficialmente pela presidente Dilma no calor das mobilizações de junho do ano passado e tinha como objetivo tirar o foco de atenção das mobilizações de rua e desviá-las para dentro do parlamento, fortemente questionado naquele momento pela mobilização popular. E buscava se apoiar no sentimento de repúdio da população à corrupção generalizada e aos desmandos das autoridades e dos políticos, para tentar vender essa reforma como uma se fosse solução para as mazelas que afligem a vida da população. Como todos nós sabemos as propostas de Dilma naufragaram naquele momento.

Agora, a proposta é requeitada sob a forma de um plebiscito popular, mas que tem a mesma função da proposta original do governo: a de uma cortina de fumaça, para tentar desviar os trabalhadores da luta que pode – e deve – obrigar o governo a mudar o modelo econômico que aplica hoje, que atende tão somente aos interesses dos bancos e grandes empresas.

Nesse momento eleitoral tem ainda a função de criar a ilusão de que o governo Dilma gostaria de fazer as mudanças políticas que a população cobrou nas ruas, mas não as faz porque o Legislativo não deixa. A própria candidata Dilma utilizou esse argumento em recente debate na televisão.

Nós não somos contra a realização de consultas e plebiscitos populares como instrumentos de mobilização e diálogo com a classe trabalhadora. Já o fizemos em ocasiões como os plebiscitos sobre a Alca (Área de Livre Comércio da Américas), a propriedade da terra e a dívida externa, por exemplo.

Nós também consideramos importante promover mudanças no sistema político brasileiro, que é totalmente controlado pelos grandes grupos econômicos. É para esses grupos que o Legislativo elabora a maioria das leis e o Executivo governa. A redução dos salários dos políticos, a prisão e o confisco dos bens dos corruptos e corruptores; a proibição de financiamento das campanhas por empresas; a revogabilidade dos mandatos, dentre outras medidas, são de interesse dos trabalhadores.

Mas não é esse o debate que cumprirá o plebiscito e tampouco estará colocado numa eventual Constituinte exclusiva, como propõe os organizadores do plebiscito.

Aliás, o cenário eleitoral aponta para a continuidade do domínio dos banqueiros, latifundiários e demais corporações econômicas no novo parlamento a ser eleito. Não existe democracia de fato na eleição dos parlamentares. A maioria dos deputados e senadores é eleita pelo poderio econômico de quem financia as suas campanhas. São poucas as exceções que expressam movimentos genuinamente populares e conseguem chegar ao parlamento.

Portanto, não podemos dar aos parlamentares, que serão eleitos com as regras antidemocráticas atuais, nenhuma carta branca para reformar o sistema político, nesse momento. O mais provável numa Constituinte, na correlação de forças atual no Congresso Nacional, é que se imponha um retrocesso ainda maior às poucas conquistas democráticas que ainda temos.

O plebiscito não cumpre, portanto, um papel progressivo. Mais confunde do que esclarece. Não tem nenhuma relação com apontar uma saída que questione o modelo econômico atual, que promova as mudanças que as manifestações de rua trouxeram à tona.

Aliás, nem mesmo diz quais seriam as mudanças que a reforma política deveria fazer, o que mistura as proposta dos setores de esquerda e democráticos com as propostas da direita, que também quer uma reforma para diminuir a participação popular e o direito de representação ou mesmo existência de partidos de esquerda que tem conteúdo ideológico e programático.

Por essas razões, a Coordenação Nacional da CSP Conlutas, reunida em São Paulo entre os dias 29 e 31 de agosto, reafirma a posição de não apoiar nem participar desta iniciativa do Plebiscito chamado pelas centrais e demais organizações que apóiam o governo Dilma.

Essa posição será amplamente divulgada pelos nossos meios de comunicação (página na web, boletins eletrônicos, materiais impressos) e será ainda levada aos candidatos e candidatas à presidência da república para que se posicionem sobre o tema.

São Paulo, 31 de agosto de 2014

Coordenação Nacional da CSP Conlutas